



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA PARA O SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES DESTA E. TRIBUNAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____.

Proc. TRF2-EOF-2016/00042

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por sua **Diretora Geral, Drª. Maria Lúcia Pedrosa de Lima Raposo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____, estabelecida na _____, nº ____ - ____ - _____, CEP: _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) **Representante Legal, Sr(a).** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2016/00042, em consequência do Pregão Eletrônico nº 065/2016, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em ____/____/____, por despacho lavrado à fl. ____, FIRMAM o presente Contrato visando à *prestação de serviços especializados em manutenção preventiva, preditiva e corretiva para o sistema de telecomunicações deste E. Tribunal, com fornecimento de materiais*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:





1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços especializados em manutenção preventiva, preditiva e corretiva para o sistema de telecomunicações deste E. Tribunal, com fornecimento de materiais (peças, componentes, dispositivos, aparelhos, equipamentos), conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 065/2016 e seus Anexos I, II e III, e na forma estabelecida no presente Contrato.

1.1 – DESCRIÇÃO DO SISTEMA AASTRA/MITEL (VERSÃO MX ONE 6.0):

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Ramais analógicos	1120
2	Ramais digitais (2B+D)	432
3	Ramais IP	490
4	Placa ELU-29 s/identificador de chamadas	32
5	Placa ELU-29 c/ identificador de chamadas	04
6	Placa ELU-34 c/ identificador de chamadas	25
7	Placa ELU-28	21
8	Placa ELU-33	12
9	Troncos digitais	150
10	Link digital ISDN, de 02 Mbps, interligando com a central Ericsson MD110, BC 09, da Justiça Federal do Rio de Janeiro	01
11	Mesa Operadora Dialog 4224 Operator	06
12	Head-set com módulo de controle da Plantronics SP-05	03
13	Head-set wireless Plantronics CS50	05
14	Aparelho telefônico Digital Dialog 3212	105
15	Aparelho telefônico Digital Dialog 4220 Lite	221
16	Aparelho telefônico Digital Dialog 4225	01
17	Aparelho telefônico Digital Dialog 4222	228



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Pregão Eletrônico nº 065/2016 – fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05 Proc. TRF2-ESF-2015/0042

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
18	Aparelho telefônico Digital Dialog 4223	40
19	Aparelho telefônico IP 4422	100
20	Aparelhos Aastra DRG 22i	20
21	Aparelho telefônico Analógico Dialog 4187	110
22	Retificador/Carregador PROTECO, modelo FMP 48/40X-IN (48V/20 A)	01
23	Software de Tarifação Informatec GTC Advanced	01
24	Software de gerenciamento putty para MX ONE	05
25	Sistema No-Break, composto por 4 baterias seladas de 12V/ 150 AH	01
26	Bloco M10A, marca KRONE, para interligação da central com a rede interna	88
27	Bloco M8, marca KRONE, para interligação da central com a rede interna	24
28	Placa IPLU	09
29	Placa TMU	09
30	Placa TLU 76/1	08
31	Placa LSU-E	02
32	Servidor de Call Center, com correio de voz, da marca PCS com 32 PAs e 02 Supervisores e aplicativo client para login/logoff	01
33	SWITCH 48 V com 24 portas, 10/100	01
34	MX ONE SERVER 48V (gateway)	02
35	Servidor de application link da IBM, com 32 licenças.	01
36	Software Manager Provisioning e Manager Telephony System	01
37	MGU	01
38	ASU-E	01
39	FAN UNIT – 48V DC	01
40	URA com correio de voz INFORMATEC	01

Contrato nº ____/2016 – Empresa contratada

MINUTA (sfn)

Pág. 3



Autenticado digitalmente por EDUARDO HENRIQUE DE ARAGAO PEDROSO.
Documento Nº: 1658301.16757128-9698 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2EOF201600042V01



ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
41	Gateway Audiocode Mediant 1000	02
42	Switch Enterasys modelo A2H124-24	01
43	Gabinete MITEL/AASTRA modelo Media Gateway Classic com conversor DC/DC de 48VDC	03
44	Placa para musica externa MITEL/AASTRA modelo TMU/12 com cabo	03
45	Placa MITEL/AASTRA modelo MGU/2 com 4 entroncamentos E1 e função de Media Gateway IP com 128 DSP's	03
46	Unidade de ventilação MITEL/AASTRA para gabinetes Media Gateway Classic	02
47	Servidor MITEL/AASTRA Integrado ao gabinete Media Gateway Classic modelo ASU-II	02
48	Unidade de ventilação MITEL/AASTRA para gabinetes Media Gateway Classic (FAN UNIT)	02
49	Rack 19" com 44Us e 4 bandejas	03
50	Switch KVM com 8 entradas, monitor tipo LCD 17, teclado e mouse integrados	01
51	Antena MITEL/AASTRA modelo IPBS 432, incluindo hardware e licença.	01
52	Aparelho DECT sem fio MITEL/AASTRA modelo DT690 com carregador de mesa incluso.	06
53	Unidade remota MITEL MX-ONE CLASSIC , composta por 96 ramais analógicos, 64 ramais digitais, entroncamento analógico, 60 canais de entroncamento VOIP, 30 ramais IP, instalado no anexo da rua Dom Gerardo nº 46	01
54	Unidade remota MITEL MX-ONE CLASSIC , composta por 64 ramais analógicos, 32 ramais digitais, 10 ramais IP - protocolo SIP, 30 canais de entroncamento R2 DIGITAL (CAS) com a rede pública, instalado no Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), na Avenida Rio Branco, nº 241, Centro – RJ.	01
55	Retificador 48 VDC com URs redundante e banco de baterias do tipo estacionária, reguladas a válvula VRLA, específica para sistema de telecomunicações, com capacidade para manter o equipamento por até 04 horas em caso de falta de energia - , instalado no Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), na Avenida Rio Branco, nº 241, Centro – RJ	01
56	Rack 19 polegadas, 44Us, padrão MX-ONE, com bandejas reforçadas para instalação dos equipamentos referentes ao LIM, bem como do retificador e baterias - , instalado no Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), na Avenida Rio Branco, nº 241, Centro – RJ	01

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 – DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E PREDITIVA:

2.1.1 – Os serviços deverão ser executados periodicamente, conforme definidos nos subitens a seguir, e em conformidade com as recomendações técnicas dos fabricantes.

2.1.2 – A Contratada deverá executar a manutenção preventiva e preditiva de acordo com o cronograma demonstrativo/exemplificativo, abaixo:

2.1.3 - Semanal:





2.1.3.1 – Nesta periodicidade da manutenção preventiva e preditiva, o empregado da Contratada deverá comparecer ao Contratante, 02 (dois) dias úteis, por semana;

2.1.3.2 – Assim sendo, a Contratada deverá realizar 02 (duas) vezes por semana, os procedimentos/eventos discriminados a seguir:

- a) Verificar se as tensões de entrada e saída dos retificadores/carregadores das baterias estão adequadas aos valores recomendados pelo fabricante. Verificar se existem retificadores emitindo ruídos e, se houver, providenciar a substituição do mesmo;
- b) Inspecionar visualmente o estado das baterias, verificando se há oxidação em seus terminais, bem como, verificar se os conectores encontram-se conectados firmemente aos terminais das baterias;
- c) Verificar pleno funcionamento de todos digitroncos, *tie-line* e outros *links* externos conectados ao PABX;
- d) Verificar pleno funcionamento de LIM remoto e respectivas linhas troncos, dentro os quais: CCJF e Dom Gerardo;
- e) Verificar acesso remoto a cada LIM via conexão IP;
- f) Verificar alarmes em geral e comunicar ao setor responsável cada registro encontrado, a fim de determinar a melhor providência a ser adotada;
- g) Verificar o pleno funcionamento de *softwares* periféricos;
- h) Verificar necessidade de adequação de programação de categoria, cadeado eletrônico, teclas de ramais (digitais, IP's, analógicos e DECTs) conforme demanda interna indicada pelo gestor da SECTEL;
- i) Realizar 03 (três) ligações testes por cada LIM, em diferentes linhas troncos e informar qualquer anomalia/defeito, a fim de determinar a melhor providência a ser adotada;
- j) Realizar 03 (três) ligações testes entre LIM's diferentes e informar qualquer anomalia/defeito, a fim de determinar a melhor providência a ser adotada;
- k) Emitir relatório de tarifação conforme demanda interna indicada pelo gestor da SECTEL;
- l) Emitir relatório do sistema de monitoramento de CALL CENTER conforme demanda interna;





n) Verificar pleno funcionamento de mesas operadoras dos telefonistas e solicitar trocas caso necessário.

2.1.4 – Quinzenal:

a) Efetuar o *backup* da base de dados da central telefônica (“Databackup”), mantendo uma cópia de segurança dos dados armazenada no microcomputador de monitoramento da central telefônica;

b) Efetuar manutenção do banco de dados do *software* tarifador das ligações telefônicas, transferindo, sempre que necessário, os registros das ligações para o “arquivo morto”, deixando ativo somente o período das ligações utilizadas. Efetuar cópia de segurança dos dados, a qual deverá ser armazenada no microcomputador de monitoramento da central telefônica;

c) Verificar o pleno funcionamento de todas as linhas tronco da central telefônica, efetuando, se necessário, a comprovação de recebimento do tom de discar por acesso individual a cada tronco, sendo que, qualquer anomalia/defeito encontrada, deverá ser comunicada ao setor responsável SECTEL/NUMAN.

2.1.5 - Mensal:

a) Verificar o pleno funcionamento dos equipamentos periféricos: do gravador da música em espera, do servidor da URA com correio de voz, do servidor de *Call Center* e dos servidores dos tarifadores de ligações, sendo que, qualquer anomalia/defeito encontrada, deverá ser comunicada ao setor responsável SECTEL/NUMAN.

2.1.6 – A Contratada deverá elaborar plano de manutenção preventiva e preditiva e entregar à fiscalização em até 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato, tomando como base as rotinas e periodicidades sugeridas acima, as guias, os *datasheet* (folha de dados) e/ou os manuais dos equipamentos, aparelhos, dispositivos e componentes do Sistema de Telecomunicações objeto deste Contrato.

2.2 – DA MANUTENÇÃO CORRETIVA:

2.2.1 – Mediante solicitação do Contratante, via telefone, *e-mail* ou abertura de chamado via *internet*, efetuada através da Seção de Manutenção de Telecomunicações, a Contratada deverá, sempre que houver necessidade, corrigir qualquer anomalia/defeito que porventura venha a ocorrer no Sistema, sem ônus adicional, incluindo ajustes, alterações e programações nos *softwares* em uso, conforme segue:





- a) Substituição ou reparo do *hardware*, peça ou componente danificado;
- b) Correção ou substituição do *software* danificado;
- c) Programação de novas facilidades inerentes ao equipamento ou alterações nas facilidades em uso;
- d) Gravação de mensagens do sistema de *call center* e atendedor automático;
- e) Alteração do horário de atendimento do *call center* e atendedor automático;
- f) Programação dos feriados no atendedor automático e *call center*;
- g) Substituição dos bancos de baterias dos sistemas de alimentação, por novas, de marca e modelo similares aos existentes, sempre que as mesmas apresentarem defeito ou estiverem com o prazo de validade vencido.

2.2.2 - Prazo de atendimento aos chamados:

2.2.2.1 – Para chamados emergenciais, o atendimento deverá ser, no máximo, em 02 (*duas*) horas, subsequentes à abertura do chamado, devendo ser prestado exclusivamente através de visita do técnico às dependências do Contratante, entendendo-se como defeitos emergenciais os relacionados a seguir:

- a) Comprometimento de mais de 30% (*trinta por cento*) do desempenho operacional do Sistema, disposto no item 1.1 deste Contrato, medido segundo o número de portas equipadas;
- b) A central não recebe e nem origina chamadas internas e/ou externas;
- c) Impossibilidade de transferência a todos os ramais pelas mesas operadoras;
- d) Paralisação de um Módulo de Interface de Linha (LIM);
- e) Paralisação de mais de 30% (*trinta por cento*) dos ramais, troncos ou canais de comunicação do Sistema;
- f) Paralisação do sistema de atendimento automático *Informatec*;
- g) Paralisação do servidor de CALLCENTER PCS;
- h) Paralisação do servidor de *application link*;
- i) Paralisação do ONE BOX Server (*gateway*);
- j) Troca da operadora responsável pela prestação de serviço telefônico, local ou longa distância, para o Contratante, devendo o serviço ser executado em dia não útil.

2.2.2.2 - As chamadas inerentes a defeitos emergenciais poderão ser efetuadas 24 (*vinte e quatro*) horas por dia, inclusive finais de semana e





feriados, via rádio ou telefone móvel, números a serem fornecidos pela Contratada, sem ônus adicional para o Contratante, devendo o atendimento ser efetuado em até 02 (*duas*) horas subsequentes à abertura do chamado.

2.2.2.3 – Para os demais chamados, o atendimento deverá ser, NO MÁXIMO, até o primeiro dia útil subsequente à abertura do chamado, no horário das 11:00 às 17:00 horas, devendo ser prestado através de visita do técnico às instalações do Contratante ou conexão remota via VPN.

2.2.2.4 – Os serviços de manutenção que necessitem de paralisação total ou parcial do Sistema deverão ser efetuados fora do horário de funcionamento do Contratante ou em dias não úteis, sem ônus adicional para o mesmo;

2.2.2.5 - A Contratada deverá atender em até 02 (*duas*) horas, a partir da abertura do chamado pelo setor competente (SECTEL/NUMAN), solicitações técnicas referentes a travamento de ramais digitais.

2.3 – DOS PROGRAMAS (SOFTWARE):

2.3.1 - A Contratada deverá efetuar eventuais correções de programas, que venham a ser recomendadas pelo fabricante, de forma a prevenir situações que possam gerar falhas nas funções da versão operacional existente;

2.3.2 – A Contratada deverá manter atualizadas as funções dentro da versão operacional adquirida, de forma a assegurar a compatibilidade do Sistema com os futuros aperfeiçoamentos (*upgrade* e/ou novas facilidades), que venham a ser adquiridos pelo Contratante;

2.3.3 – Em face da abertura do mercado de telecomunicações, a Contratada deverá, sempre que houver necessidade de substituição de concessionária responsável pela prestação do serviço telefônico local, longa distância e/ou *link* ótico de 2 Mbps pelo Contratante, efetuar a atualização das tarifas telefônicas nos *softwares* de tarifação STI Atenas e INFORMATEC GTC, relacionados no item 1.1 deste Contrato.

2.4 – DOS MATERIAIS / PEÇAS DE REPOSIÇÃO:

2.4.1. - Para assegurar rápida recuperação do Sistema, a Contratada deverá providenciar os materiais de reposição essenciais à sua manutenção, conforme componentes relacionados a seguir, com a brevidade necessária ao atendimento dos chamados técnicos nos prazos previstos no subitem 2.2.2 desta Cláusula.

TABELA DE MATERIAIS DE REPOSIÇÃO PARA O SISTEMA AASTRA / MITEL – VERSÃO MX ONE 6.0			
FUNÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TOTAL
RETIFICADOR	BMBLM2620001	RETIFICADOR DE 48V10A	11
DSU	ROF1314414/4 R 8B	UNIDADE DE COMUTAÇÃO DISTRIBUIDA	33





TABELA DE MATERIAIS DE REPOSIÇÃO PARA O SISTEMA AASTRA / MITEL – VERSÃO MX ONE 6.0			
FUNÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TOTAL
ELU28/3	ROF1375334/3 R 3B	UNID. DE LINHA DIGITAL (2B+D 16 RAMAIS)	33
ELU29	ROF1375339/11 R 8G	UNID. DE LINHA ANALÓGICA (16 RAMAIS)	66
ELU-33	ROF1375062/1 R 2B	UNID. DE LINHA DIGITAL (2B+D 32 RAMAIS)	11
ELU-34	ROF 1375064/1 R 2A	UNID. DE LINHA ANALÓGICA (32 RAMAIS)	11
IPLU	ROF1375067/1	UNIDADE DE INTEGRAÇÃO	22
MGU		UNIDADE DE PROCESSAMENTO	11
ASU-E		UNIDADE DE PROCESSAMENTO	11
LSU-E	ROF 376302/1	UNIDADE DE PROCESSAMENTO	11
MX-ONE SERVER 48V		SERVIDOR DE GERENCIAMENTO	11
SWITCH 48V			11
MESA 2B+D	DIALOG 4224	MESA TELEFONISTA	11
RG5DC	ROF1375350/2 R 3D	CONVERSOR DC/DC PARA VÁRIAS TENSÕES	22
TLU76	ROF1375338/1 R 8A	UNIDADE DE TRONCO DIGITAL	22
TMU	ROF1375335/2 R 3D	UNID. RECEPTORA E GERADORA DE TOM E CONFERÊNCIA	33
TELEFONE	DIALOG 3212	APARELHO TELEFÔNICO DIGITAL, COM DISPLAY	110
TELEFONE	DIALOG 4220	APARELHO TELEFÔNICO DIGITAL, SEM DISPLAY	110
TELEFONE	DIALOG 4225	APARELHO TELEFÔNICO DIGITAL, COM DISPLAY	11
TELEFONE	DIALOG 4222	APARELHO TELEFÔNICO DIGITAL, COM DISPLAY	55
TELEFONE	DIALOG 4422	APARELHO TELEFÔNICO IP	33
ATA	DRG 22i	APARELHO AASTRA DRG 22i	22
TELEFONE	DIALOG 4187	APARELHO ANALÓGICO COM DISPLAY	55

2.4.2 – Os materiais discriminados no subitem anterior são indispensáveis para o atendimento às reposições previstas nos itens 2.1 a 2.4 da Cláusula Segunda deste Contrato.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DOS SERVIÇOS ADICIONAIS:

3.1 – São considerados como adicionais e sujeitos a procedimentos e autorização prévia do Contratante, bem como à cobrança separada pela Contratada, os serviços de assistência e suporte técnicos decorrentes de:

3.1.1 – Inundação e sobrecarga elétrica decorrente de falha do Contratante;

3.1.2 – Uso inadequado do Sistema, descrito no item 1.1, para fins distintos daqueles que foram especificados;





3.1.3 – Danos causados por anormalidades climáticas e/ou atmosféricas, agentes externos, roubos, incêndio, sabotagem e outros casos fortuitos;

3.1.4 – Interconexão ao sistema de equipamentos, acessórios e periféricos não recomendados pelo fabricante;

3.1.5 – *Upgrade*, ampliações, reduções e mudanças do sistema local onde se encontra atualmente instalado;

3.1.6 – Danos causados por serviços realizados por terceiros não autorizados pela Contratada;

3.1.7 – Defeitos causados pelas linhas-tronco da concessionária local.

3.1.8 – Adição ao sistema de novo hardware ou software de interesse do Contratante.

3.2 – Os problemas não inclusos nos subitens do item anterior serão considerados como de manutenção padrão, nos termos dos serviços constantes do item 2.2.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1 – Serão de inteira responsabilidade da Contratada as reposições imediatas de quaisquer peças e componentes danificados, que se fizerem necessárias para o perfeito funcionamento do Sistema, descrito no item 1.1 deste Contrato, incluídas as baterias do sistema de *no-break* e aparelhos telefônicos, sem ônus adicional para o Contratante, exceto os serviços adicionais discriminados na Cláusula Terceira deste Contrato.

4.2 – A Contratada deverá restabelecer o funcionamento do Sistema, caso ocorra anomalia decorrente das hipóteses previstas na Cláusula Terceira deste Contrato, com a reposição imediata de materiais que se fizer necessária, por empréstimo, até a finalização do processo de aquisição dos mesmos para substituição definitiva.

4.3 – A Contratada deverá estar apta a providenciar, nos prazos previstos neste Contrato, materiais de reposição originais, conforme descrito no subitem 2.4.1 deste Contrato, necessários à execução do serviço, do início ao término da vigência deste Contrato, empregando-os nos serviços de manutenção, limpeza, lubrificação e reparos realizados por seus técnicos, os quais deverão utilizar somente acessórios e ferramentas recomendados pelo fabricante.

4.4 – Caso seja necessária remoção dos aparelhos/equipamentos danificados para realizar manutenção, a Contratada deverá ter similares para empréstimo imediato ao setor usuário, até o término da manutenção que deverá ser concluída em, no máximo, 30 (*trinta*) dias.

4.4.1 - Caso seja necessária a substituição das carcasas dos aparelhos retirados para manutenção, deverão ser utilizadas peças novas ou em condições similares de desgaste das substituídas e notificar formalmente o Contratante das alterações feitas, de forma a possibilitar a atualização na numeração patrimonial do equipamento.





4.4.2 - Para os materiais que apresentarem defeito nos cabos espiralados e/ou de linha, a Contratada deverá providenciá-los e encaminhar para o Contratante efetuar as devidas trocas.

4.4.3 - A retirada de quaisquer materiais da Central para manutenção na oficina da Contratada, somente será possível após autorização formal do setor responsável pela fiscalização e acompanhamento dos serviços (SECTEL/NUMAN), devendo a Contratada, responsabilizar-se pela remoção, adequado acondicionamento e devolução ao local em que devem ser instalados, sem qualquer ônus adicional.

4.5 – Os serviços de reparo, ajustes e programações deverão ser executados de modo a não interferir nas atividades normais do Contratante, devendo ser devidamente agendados junto ao setor competente do mesmo (SECTEL/NUMAN).

4.6 - A Contratada deverá manter em seu quadro funcional, profissional ou profissionais técnico(s), comprovadamente habilitado(s) pelos fabricantes dos equipamentos constantes do item 1.1 deste Contrato, sistema de telecomunicações MD 110 (MX ONE 6.0), sistemas de tarifação, *call center* PCS e URA com correio de voz, por meio de certificados ou declaração, para a execução dos serviços, tanto no âmbito do Contratante, quanto da Contratada, com vista à obtenção de excelente nível de qualidade do serviço.

4.6.1 – A Contratada deverá apresentar cópia dos certificados de participação nos cursos de manutenção e programação ministrados pelo fabricante para Centrais Telefônicas Ericsson / Aastra / Mitel MD 110 MX-ONE 6.0, em nome dos profissionais relacionados no documento constante no item 4.6 desta Cláusula.

4.7 – A Contratada deverá manter contrato de trabalho ou de prestação de serviços, com profissional(is) técnico(s) com formação superior em Engenharia Eletrônica ou Telecomunicações, comprovadamente habilitado(s) pelo fabricante através de certificado(s) de especificação técnica em centrais telefônicas MD 110 (versão MX ONE 6.0), com o(s) devido(s) registro(s) no CREA, responsável(is) junto ao Contratante pelos serviços contratados, bem como, sempre que necessário, elaborar projeto básico visando à ampliação e/ou melhoria do Sistema.

4.7.1 - Caberá ao profissional especificado no item anterior supervisionar, fiscalizar e orientar os profissionais mencionados no item 4.6, conforme determina o art. 1º da Resolução nº 218 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA

4.8 - A Contratada deverá, antes do início dos serviços, preencher e recolher Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, nos termos do art. 3º da Resolução nº 425, de 18/12/1998, do CONFEA.

4.9 – A Contratada deverá possuir laboratório devidamente equipado com ferramental, instrumental e sistemas telefônicos de modelos similares ao objeto deste Contrato,





para testes das placas a serem reparadas, bem como assegurar a utilização de peças originais para reparo das placas, garantindo sua originalidade.

4.10 – A Contratada deverá apresentar mensalmente ao setor competente do Contratante (SECTEL/NUMAN), relatório dos serviços executados no sistema de telefonia, o qual será condição para viabilizar o pagamento do documento fiscal.

4.11 – A Contratada deverá, sempre que houver necessidade da substituição, por parte do Contratante, da concessionária responsável pela prestação do serviço telefônico local e/ou link ótico de 2 Mbps, efetuar, na modalidade de chamado emergencial, a conexão do Sistema com o novo serviço e toda programação necessária ao seu perfeito funcionamento.

4.12 – A Contratada deverá disponibilizar, sem ônus adicional, técnico qualificado, para efetuar toda programação necessária ao perfeito funcionamento do sistema telefônico em conjunto com os *gateways* que compõem o sistema que interliga via VoIP, a central do Contratante com a central telefônica da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, ressaltando que a programação a ser providenciada pela Contratada será restrita ao sistema AASTRA/MITEL - VERSÃO: MX ONE 6.0.

4.12.1 - Em caso de necessidade de realocação do LIM remoto instalado na Rua Dom Gerardo, nº 46 para outro endereço no Centro do Rio de Janeiro, a Contratada deverá, sem ônus adicional, disponibilizar técnicos qualificados para o remanejamento do equipamento, efetuando toda programação e configuração necessária ao perfeito funcionamento do sistema telefônico em conjunto com os *gateways* que compõem o sistema que interliga, via VoIP, à central do Contratante.

4.13 – A Contratada deverá afastar ou substituir, por recomendação da fiscalização, qualquer empregado que, comprovadamente, causar embaraço à boa execução do serviço e/ou danos ao patrimônio do Contratante.

4.14 – Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas dependências do Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o mesmo, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante, ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

4.15 - Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

4.16 – O exercício da fiscalização pelo Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada.





4.17 – A Contratada deverá executar os serviços de maneira a não interferir nas atividades do Contratante.

4.18 - Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante, sem qualquer ônus para o mesmo.

4.19 – A Contratada reparará, ou quando isto for impossível, indenizará quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, decorrente da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenha em prejuízo do Contratante ou de terceiros, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

4.20 – A Contratada deverá designar preposto que será responsável pela resolução de qualquer problema decorrente da prestação dos serviços contratados, inclusive relativos a faturamento.

4.20.1 – O preposto mencionado no item anterior deverá estar acessível, por telefone fixo e/ou móvel, a ser fornecido imediatamente após a assinatura deste Contrato, 24 (*vinete e quatro*) horas por dia, 07 (*sete*) dias por semana.

4.21 – A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

4.22 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

4.23 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

5.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8666/93, modificada pela Lei n.º 8883/94, o objeto do presente Contrato será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

5.1.1 – **Provisoriamente** – Imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual;





5.1.2 – **Definitivamente** – No prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e depois de verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

5.2 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva do serviço, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

5.3 – Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços/materiais foram realizados/fornecidos de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

5.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

6 – CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

6.1 - DO PREÇO:

6.1.1 – O valor MENSAL deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

6.1.2 - O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

6.1.3 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e os demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução do objeto contratado;

6.1.4 – Código dos serviços (SIASG): 233047.

6.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.2.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, em até 05 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal, **sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.**

6.2.1.1 – No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro, estará





sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

6.2.1.2 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem 6.2.1.1, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.2.2 – O documento fiscal deverá ser entregue no Núcleo de Compras (NUCOMP), situado na Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar – Centro – Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, devendo também ser enviado eletronicamente ao *e-mail* dicom@trf2.jus.br.

6.2.2.1 – O documento fiscal deverá estar acompanhado do Relatório Mensal dos serviços executados no Sistema de Telefonia, conforme previsto no item 4.10 deste Contrato, o qual será condição para viabilizar o atesto e respectivo pagamento.

6.2.3 – Para fins do disposto no subitem 6.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.2.4 – Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

6.2.4.1 - A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 480, de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nºs 539 de 25/04/05 e 706 de 09/01/2007 e pela IN RFB nº 765 de 02/08/2007.

6.2.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU);

6.2.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

6.2.6 – Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza será observado o disposto na Lei Complementar n.º 116/03 e a legislação municipal aplicável.

6.2.7 – Por se tratar o Contrato de prestação de serviços com fornecimento de materiais, será obrigatória a discriminação, no documento fiscal, do valor correspondente aos materiais aplicados.





6.2.8 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.3 - DO REAJUSTE:

6.3.1 - Os valores contratados serão reajustados com base na variação do IGP-DI, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \left(\frac{I - I_o}{I_o} \right) \cdot P$$

onde:

R = Reajuste

I = Nº índice da data do reajuste

I_o = Nº índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste

P = Preço a ser reajustado

6.3.2- A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata, mas sim o mês cheio.

6.3.3 - A periodicidade de reajuste do presente Contrato será de 12 (doze) meses, em conformidade com os termos da Lei nº 10192 de 14 de fevereiro de 2001 e legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

6.3.4 – Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

6.3.5 – A Contratada deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 6.3.4 tão logo seja divulgado o índice oficial previsto no subitem 6.3.1.

6.3.6 – Caso a Contratada não efetue de forma tempestiva o reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - A despesa decorrente da presente contratação ocorrerá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de empenho
02.061.0569.4257.6013	3.3.90.39.17	107.765	





7.2 - Na parcela referente ao exercício de 2017, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES:

8.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato, sujeitá-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

8.2 - As penalidades às que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

8.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (trinta por cento) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

8.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (três décimos por cento), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

8.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida.

8.5 - Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 8.3 e 8.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

8.6 - Se as multas dispostas nos itens 8.3 e 8.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

8.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

8.8 - A aplicação das multas ora prevista não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.





8.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/2004-TRF-2ªRG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

8.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei.

8.11 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

8.12 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

8.12.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

9 – CLÁUSULA NONA: ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

9.1 - Sem prejuízo das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e neste Contrato, serão aplicadas multas, com base em falhas na prestação do serviço, nos casos e formas abaixo discriminadas, sempre que a Contratada se enquadrar em pelo menos 01 (uma) das situações previstas na tabela 1, respeitada as graduações de infrações previstas na Tabela 3.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES COMETIDAS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	7 ou mais
2	6 ou mais
3	5 ou mais
4	4 ou mais
5	3 ou mais
6	2 ou mais

9.2 - Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
------	-----------------





GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor anual do contrato calculada a base de juros compostos
2	0,4% do valor anual do contrato calculada a base de juros compostos
3	0,5% do valor anual do contrato calculada a base de juros compostos
4	0,6% do valor anual do contrato calculada a base de juros compostos
5	1,0% do valor anual do contrato calculada a base de juros compostos
6	2,5% do valor anual do contrato calculada a base de juros compostos

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Manter profissional sem qualificação para execução dos serviços	2	Por empregado e por dia
2	Executar serviço incompleto, paliativo, substituto como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar;	3	Por ocorrência
3	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material fora das especificações contratadas;	3	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	5	Por dia e por tarefa designada
5	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;	2	Por ocorrência
6	Utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do Contrato;	5	Por ocorrência
7	Recusar-se a executar serviço constante do Contrato, sem motivo justificado e acatado pelo Contratante;	5	Por ocorrência
8	Retirar do Contratante e das Unidades sob sua gestão, quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, sem autorização prévia do responsável;	1	Por item e por ocorrência
9	Deixar de devolver os equipamentos retirados para manutenção dentro do prazo estipulado no Contrato;	2	Por dia de atraso na devolução
10	Deixar de atender aos chamados dentro do prazo estabelecido no Contrato;	6	Por ocorrência
11	Deixar de fornecer peças de reposição necessárias ao perfeito funcionamento do sistema;	5	Por ocorrência

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

10.1 - Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global deste Contrato.

10.2 - A garantia de que cuida o item anterior deverá ser prestada no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contados da assinatura do Contrato.





10.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (*dois décimos por cento*) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (*cinco por cento*).

10.4 - O atraso superior a 25 (*vinete e cinco*) dias autoriza o Contratante a promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (*cinco por cento*) do valor anual do Contrato, a título de garantia.

10.5 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no item anterior por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária.

10.6 - O valor da multa moratória decorrente do atraso na entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

10.7 - A Contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e, no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la **válida e atualizada**.

10.8 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do Contrato.

10.9 - A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no Contrato.

10.10 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.

10.11 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO:

11.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

11.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

11.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

12.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas:





- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 065/2016, e seus Anexos I, II e III;
- b) Proposta datada de __/__/____ apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços, a serem executados, juntada às fls. __/____ do Processo;
- c) ATESTADO DE VISITA TÉCNICA, se houver, fornecido pela SECTEL (Seção de Telefonia), comprovando o conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato, juntado à fl. ____ do Processo.

12.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras “a” e “b”, prevalecerá o disposto no documento indicado na letra “a”.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

13.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

13.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

13.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

13.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

13.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados;

13.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

14.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (*doze*) meses, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

14.2 – A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que sejam verificadas se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas o Contratante.

14.3 – A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que se manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, sobre seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

14.4 – Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.





14.5 - A resposta da Contratada terá caráter irrevogável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

14.6 – Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Oitava do presente Contrato.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

15.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

15.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

16.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nº 10.192 de 14/02/2001 e nº 9.069 de 29/06/95.

16.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

16.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre as partes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

16.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20090-030, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.





18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (*três*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2.016.

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretor Geral

REPRESENTANTE LEGAL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

